ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1582121

Redes curtas de comercialização em uma metrópole amazônica: possibilidades e desafios para a soberania alimentar em Manaus-AM, Brasil

Wallefy Emanuel Arce Matos[1]

Raphael Fernando Diniz[2]

Mateus Monteiro Lobato[3]

Resumo

O artigo propõe uma análise crítica da urbanização desigual na Região Metropolitana de Manaus, tomando como base um conjunto de textos teóricos que abordam questões como planejamento urbano, redes de comercialização, soberania alimentar, vulnerabilidades territoriais e políticas públicas na Amazônia. O estudo é de caráter teórico-analítico, com foco na inter-relação entre a produção do espaço urbano e os impactos socioambientais e econômicos sobre populações periféricas. Discute-se como as políticas neoliberais e os discursos tecnocráticos invisibilizam modos de vida alternativos e acentuam desigualdades socioespaciais na cidade. O texto propõe uma leitura crítica sobre a urbanização amazônica, valorizando saberes locais e propondo alternativas para a promoção da sustentabilidade e do bem viver com base em redes curtas de abastecimento e na soberania alimentar.

Palavras-chave: Urbanização Desigual; Soberania Alimentar; Agricultura Familiar; Bem Viver; Amazônia.

Short Food Supply Chains in an Amazonian Metropolis: Possibilities and Challenges for Food Sovereignty in Manaus, State of Amazonas, Brazil

Abstract

This article provides a critical analysis of uneven urbanization within the Manaus Metropolitan Region, drawing upon a theoretical framework that encompasses urban planning, marketing networks, food sovereignty, territorial vulnerabilities, and public policies in the Amazon. The study adopts a theoretical-analytical approach, focusing on the nexus between the production of urban space and the socio-environmental and economic impacts on peripheral populations. It examines how neoliberal policies and technocratic discourses marginalize alternative ways of life and exacerbate socio-spatial

[1] Mestrando em Geografia, UFAM, wallefy.emanuelarce@gmail.com

[2] Doutor em Geografia, professor do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Geografia, UFAM, diniz@ufam.edu.br.

[3] Doutor em Geografia, UFPA-ALTAMIRA, monteirolobato@ufpa.br

ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1582121

inequalities. Furthermore, the text offers a critical perspective on Amazonian urbanization, emphasizing the value of local knowledge and proposing alternatives to foster sustainability and *buen vivir* (good living) through short food supply chains and food sovereignty.

Keywords: Uneven Urbanization; Food Sovereignty; Family Farming; *Buen Vivir*; Amazon.

Introdução

A crescente metropolização de Manaus-AM tem produzido dinâmicas urbanas marcadas por desigualdades socioespaciais profundas, nas quais os processos de expansão territorial e de articulação econômica nem sempre contemplam as necessidades alimentares das populações periféricas (BECKER, 2010; CORRÊA, 2022; JÚNIOR, 2013).

Nesse contexto, as Redes Curtas de Comercialização (RCCs) surgem como alternativa capaz de aproximar agricultores familiares e consumidores urbanos, fortalecendo a soberania alimentar e valorizando os saberes locais. Não obstante seu significativo potencial, a inserção dessas redes em um ambiente dominado por lógicas neoliberais e por discursos tecnocráticos impõe desafios para sua consolidação e para o alcance de grupos sociais periféricos e em condições de vulnerabilidade socioeconômica.

Diante disso, o problema central deste estudo reside na análise da tensão entre a lógica expansiva e fragmentada da metropolização de Manaus e a proposta de desenvolvimento sustentável e justo baseada em RCCs (MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000; PLOEG, 2008; TORRE; RALLET, 2010). Por um lado, a produção do espaço metropolitano reproduz modelos de apropriação fundiária e gestão urbana que favorecem a especulação imobiliária, a segregação territorial e a precarização das condições de vida (CORRÊA, 2022; SANTOS, 2006). Por outro, as RCCs demandam reconhecimento institucional, infraestrutura adequada e padrões de governança inovadores, capazes de atuar em um território atravessado por redes de transporte fluvial e vulnerável aos extremos climáticos que ocasionam secas severas e cheias prolongadas (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017; MARENGO *et al*., 2008; SANTOS, 2006).

Complementarmente, o presente artigo tem como objetivos: analisar as contradições inerentes ao processo de metropolização de Manaus e seus efeitos sobre a estruturação das redes de abastecimento alimentar; investigar, de forma crítica, o papel das redes curtas de comercialização na promoção da soberania alimentar em ambientes urbanos periféricos; identificar os principais entraves político-institucionais, logísticos e territoriais que limitam sua expansão; e apontar diretrizes para articular políticas públicas, iniciativas comunitárias e práticas territoriais que fortaleçam a agricultura familiar e garantam o direito à alimentação saudável e ao bem viver das famílias urbanas e rurais em Manaus.

A justificativa para este estudo encontra respaldo na urgência de repensar as formas de abastecimento alimentar em grandes metrópoles amazônicas, cuja vulnerabilidade socioambiental amplia-se a cada evento de extremos climáticos de cheias

ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1582121

excepcionais e secas severas. Ao lançar um olhar crítico sobre a metropolização desigual e ao propor a análise das RCCs como mecanismo de resistência e autonomia, espera-se contribuir para o debate sobre modelos de governança urbana que integrem sustentabilidade, equidade e participação social. Além disso, este trabalho busca preencher uma lacuna ao articular de modo sistemático conceitos de geografia crítica à urbanização e soberania alimentar na Amazônia.

Desse modo, o artigo adota uma abordagem teórico-analítica apoiada em um conjunto de textos selecionados, buscando oferecer subsídios para a formulação de estratégias territoriais que promovam a justiça socioambiental e o fortalecimento das RCCs em Manaus. As seções seguintes detalham os princípios metodológicos de revisão crítica da literatura, apresentam o resultado da análise dos textos e discutem suas implicações para a construção de uma metrópole mais inclusiva, solidária e sustentável.

Metodologia

A metodologia adotada neste estudo é de natureza analítica, fundamentada primordialmente em uma revisão crítica da literatura sobre a temática de investigação. Priorizamos, nesse sentido, a análise conceitual e interpretativa de autores que discutem temas como urbanização desigual, metropolização amazônica, redes curtas de comercialização e soberania alimentar. A abordagem parte da análise integrada desses textos, buscando identificar nexos entre o avanço das políticas urbanas neoliberais em Manaus e os impactos territoriais, sociais e alimentares sobre populações periféricas.

Com base nesse corpo teórico, o estudo busca refletir sobre como discursos tecnocráticos e planejamentos excludentes contribuem para invisibilizar modos de vida baseados na agricultura familiar e dificultam a consolidação de redes alternativas de abastecimento, uma vez que o conhecimento das redes por quem as utiliza é crucial para o desenvolvimento de novas possibilidades no meio.

Assim, o artigo estrutura-se como uma leitura crítica do processo de produção do espaço urbano na Amazônia, utilizando as contribuições teóricas como instrumentos de interpretação da realidade concreta, com foco na formulação de alternativas justas e sustentáveis de organização territorial e alimentar.

Metropolização e produção desigual do espaço

A metropolização de Manaus não se traduz apenas em expansão territorial ou aumento populacional, mas em um processo de reorganização do espaço pautado pela lógica capitalista de valorização do solo e pela sofisticada divisão do trabalho urbano. Conforme argumenta Seabra (2011), a passagem da cidade histórica para a metrópole envolve a imposição do valor de troca sobre o valor de uso, gerando uma “anticidade” marcada pela segregação socioespacial e pela mercantilização dos lugares. Nesse cenário, áreas centrais e polos de desenvolvimento recebem investimentos em infraestrutura, enquanto bairros periféricos, frequentemente ocupados de modo informal, permanecem à margem das redes de abastecimento e de serviços públicos de qualidade.

ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1582121

Essa lógica de apropriação do espaço reflete-se diretamente na configuração dos circuitos de abastecimento alimentar: zonas próximas aos grandes centros comerciais concentram supermercados e redes de distribuição de grande porte, enquanto as populações das periferias enfrentam longos deslocamentos para acesso a alimentos frescos e saudáveis. Ao aprofundar essa análise, Lencione (2020) destaca que a metropolização contemporânea, impulsionada pela globalização e pelo capital financeiro, não respeita mais a dicotomia urbano-rural clássica, mas penetra em áreas periurbanas, reforçando a homogeneização e desvalorização de modos de vida locais. Assim, a redefinição dos usos do solo em Manaus faz convergir zonas de produção rural para dentro do contínuo urbano sob condições precárias, levando os produtores familiares a manterem suas pequenas hortas ou pomares nos arredores da cidade, sem acesso a mercados oficiais e com carência e precariedade de infraestrutura de circulação.

A fragilidade do abastecimento urbano em Manaus torna-se evidente quando se observa as vulnerabilidades sociais das populações nas periferias, áreas que sofrem com a baixa densidade de feiras livres regulares, escassez de pontos de venda próximos e dependência de intermediários que encarecem o preço do alimento. A expansão metropolitana, guiada pela lógica neoliberal descrita por Seabra (2011), aprofunda esse processo de segregação, pois delimita áreas valorizadas para empreendimentos imobiliários e industriais, empurrando populações de baixa renda para regiões menos acessíveis e sem infraestrutura adequada. Essa dinâmica agrava a pobreza e limita o acesso a recursos alimentares, evidenciando a urgência de alternativas que superem a desconexão espacial entre quem produz e quem consome.

Em síntese, a metropolização de Manaus configura um cenário de desigualdade na produção e apropriação do espaço, no qual os processos de valorização imobiliária e as ondas expansivas de capital financeiro moldam usos do solo que privilegiam fluxos comerciais de larga escala e excluem a agricultura familiar. Essa reconfiguração territorial reforça a necessidade de explorar e fortalecer as Redes Curtas de Comercialização (RCCs) como instrumento de resistência e reaproximação entre produtores periféricos e mercados urbanos, minimizando a vulnerabilidade alimentar e promovendo a segurança alimentar e nutricional e o bem viver às populações nas periferias da cidade.

Governança metropolitana e fragmentação institucional

Conforme analisado por Davidovich (2004), Manaus é reconhecida como metrópole de importância nacional e retorna à pauta política como tal, mas esse *status* não se traduziu em mecanismos eficazes de coordenação intermunicipal ou em estruturas permanentes de planejamento metropolitano. Cada município mantém agendas e prioridades próprias, resultando em políticas desalinhadas, sobreposição de competências e dificuldades para implementar programas coordenados de infraestrutura e serviços.

A gestão territorial na Região Metropolitana de Manaus (RMM) enfrenta limitações estruturais que decorrem da fragmentação entre os diversos entes federativos e da ausência de instrumentos efetivos de planejamento integrado. Conforme analisado por Lima (2019), embora a criação formal da RMM tenha objetivado captar recursos e promover a articulação regional, na prática os municípios que a compõem mantêm

ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1582121

competências e agendas distintas, muitas vezes conflitantes, o que resulta em políticas desalinhadas e em sobreposição de esforços. Essa falta de coordenação cria lacunas na definição de diretrizes comuns para o desenvolvimento urbano, na prestação de serviços públicos e na implementação de projetos de infraestrutura, gerando incerteza jurídica e dificultando a consolidação de ações metropolitanas de longo prazo.

Ao mesmo tempo, discursos ideológicos que promovem a "metrópole verde" ou a "metrópole do futuro" contribuem para encobrir essas fragilidades institucionais. Esses *slogans*, largamente utilizados em propagandas oficiais e em planos de *marketing* urbano, projetam uma imagem de modernidade e sustentabilidade que não se materializa em práticas de governança participativa nem em mecanismos de controle democrático. A retórica de grandiosidade associada ao processo de metropolização construída tem servido mais para atrair investimentos externos e legitimar empreendimentos de grande porte do que para efetivar políticas de desenvolvimento equitativo, especialmente nas áreas periféricas (LIMA, 2019).

Essa fragmentação institucional e a divergência entre discurso e prática têm implicações diretas para as Redes Curtas de Comercialização (RCCs). Por dependerem de apoio público (na forma de incentivos, regularização de espaços para feiras, subsídios logísticos e articulação com programas sociais como o PAA e o PNAE), as RCCs ficam vulneráveis a conflitos de competência e à falta de continuidade das ações entre diferentes gestões municipais e estaduais. Sem um arranjo metropolitano capaz de integrar políticas de abastecimento alimentar com planejamento territorial, as iniciativas de comercialização direta esbarram em entraves burocráticos, ausência de infraestrutura compartilhada e incapacidade de mobilizar recursos em escala regional. Dessa forma, a fragmentação institucional reforça a precariedade das RCCs e limita seu potencial para atuar como elemento de transformação socioespacial na metrópole.

Natureza, urbanização desigual e desafios logísticos

Em Manaus e em várias cidades da Amazônia, a oscilação entre cheias e secas, agravadas atualmente pelas mudanças climáticas globais, gera implicações significativas para o processo de urbanização e para as populações rurais e urbanas. Nas áreas centrais e periféricas, bairros inteiros podem ficar inacessíveis por dias ou semanas durante a cheia, interrompendo rotas terrestres, enquanto na seca o leito do rio se retrai, dificultando a navegação e afastando comunidades dos pontos de venda. Esses ciclos naturais representam barreiras evidentes, mas também desnudam falhas no planejamento urbano, a falta de estradas elevadas, pontes robustas e terminais fluviais adequados, o que cria gargalos logísticos que não são amenizados por simples adaptações informais (LIMA, 2021).

Além disso, os pequenos produtores familiares que integram as Redes Curtas de Comercialização (RCCs) enfrentam custos adicionais com frete fluvial, armazenamento e embalagens que resistam ao tempo úmido; muitas vezes, precisam recorrer a atravessadores para cumprir datas fixas de entrega, o que reduz suas margens de lucro e compromete a qualidade e integridade dos alimentos *in natura*. A este respeito, Lima (2024) ressalta que, embora iniciativas comunitárias de infraestrutura (como rampas de

ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1582121

acesso, cais improvisados e depósitos elevadiços) surjam em resposta a essas adversidades, sua manutenção e regulamentação formal dependem de políticas públicas específicas e de investimentos em engenharia adaptada ao ambiente.

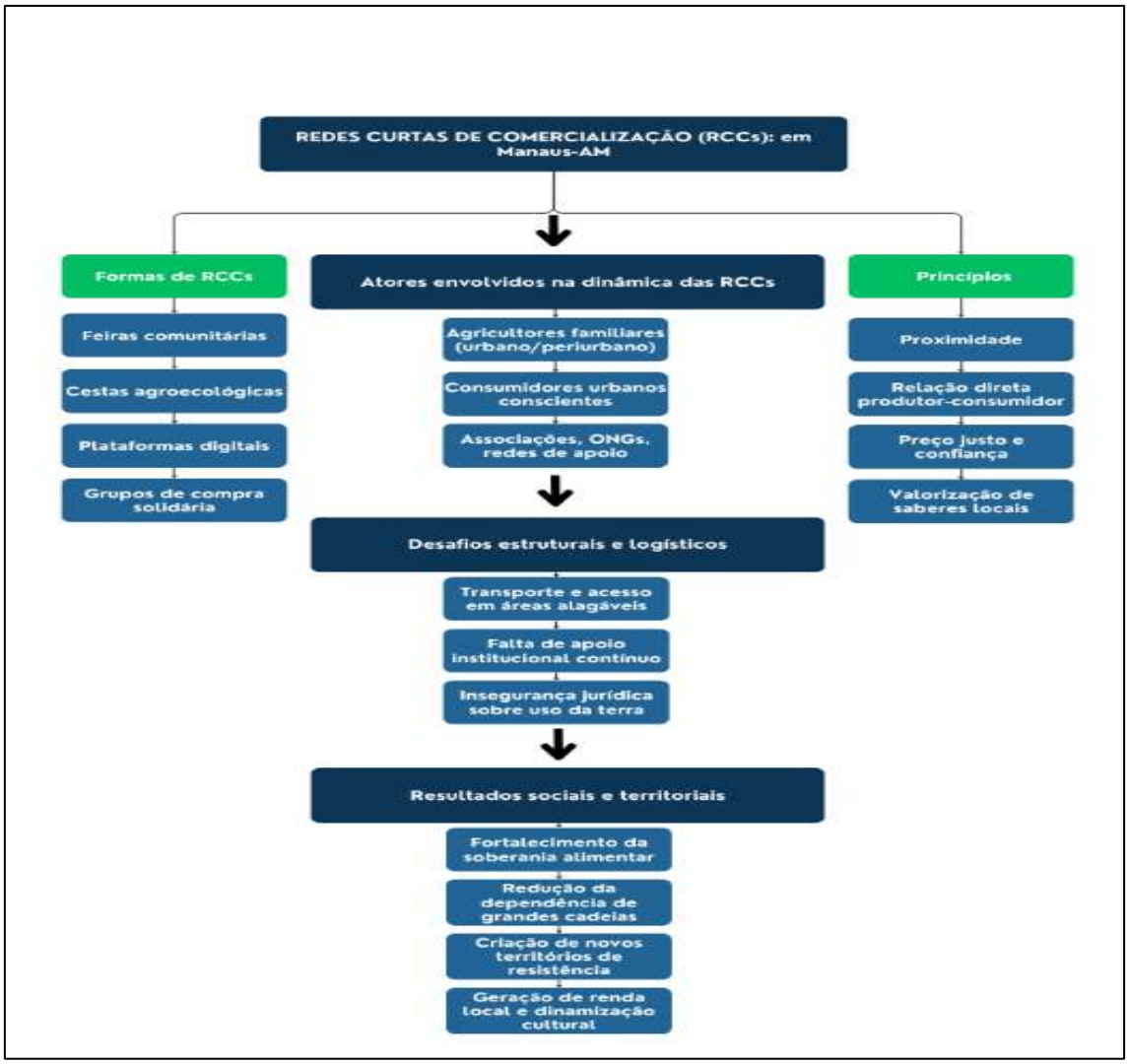
Portanto, a urbanização desigual na região amazônica impõe desafios logísticos complexos que atravessam não apenas dimensões ambientais, mas também institucionais e tecnológicas. Superar esses entraves exige planejamento integrado que considere as variações sazonais dos rios, incorpore soluções de microinfraestrutura adaptativa e ofereça suporte técnico e financeiro aos circuitos curtos de abastecimento, garantindo a continuidade dos fluxos de mercadorias e o fortalecimento da soberania alimentar.

Redes Curtas de Comercialização como resistência socioterritorial

As Redes Curtas de Comercialização (RCCs) (FIGURA 1) são compostas por alguns circuitos que englobam feiras semanais, sistemas de cestas de assinatura e plataformas digitais de venda direta e configuram-se como formas efetivas de resistência socioterritorial à lógica excludente dos intermediários e à mercantilização impessoal dos alimentos. Enquanto as cadeias longas priorizam volume, padronização e lucro em larga escala, as RCCs propõem um modelo no qual o alimento deixa de ser mera mercadoria e passa a ser elemento de vínculo social e político. Nesse arranjo, o agricultor familiar retoma o controle sobre o preço e a qualidade de sua produção, ao mesmo tempo em que estabelece relações diretas com consumidores que conhecem a história do alimento, sua procedência e os métodos de cultivo.

ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1582121

Figura 1: Esquema de funcionamento das RCCs.



Fonte: MATOS, W. E. A., 2026.

Ferreira (2014) enfatiza que o espaço urbano é produto social intencional, palco de tensões entre dominação e resistência, e que a proximidade pessoal e política se apresenta como fator decisivo para a emergência de práticas urbanas transformadoras. Nas RCCs, essa proximidade se traduz no contato face a face em feiras comunitárias, no diálogo virtualizado em grupos de redes sociais e em assembleias cooperativas que deliberam sobre preços justos e calendários de entrega.

Ao fortalecer o senso de pertencimento e estimular a participação consciente dos cidadãos, essas redes refutam a noção de que apenas grandes cadeias de abastecimento são capazes de atender às demandas de uma metrópole. Pelo contrário, a capacidade de adaptação rápida a variações de safra, a flexibilidade na negociação de volumes e a coesão política interna demonstram que circuitos curtos, baseados na cooperação e no

ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1582121

reconhecimento mútuo, podem corresponder de forma mais solidária e sustentável às necessidades alimentares de Manaus.

Assim, as RCCs operam como verdadeiras frentes de resistência socioterritorial à mercantilização neoliberal do espaço urbano, ampliando a autonomia dos agricultores familiares e consolidando um modelo de abastecimento pautado na confiança, na solidariedade e no exercício democrático do direito à alimentação. Esse caráter subversivo das redes reforça sua relevância para a construção de um território urbano mais equitativo e para a promoção da soberania alimentar no contexto metropolitano.

Soberania alimentar e agricultura familiar

As Redes Curtas de Comercialização (RCCs) desempenham papel necessário na efetivação da soberania alimentar, pois colocam a agricultura familiar no centro das decisões sobre produção, distribuição e consumo. Quando consumidores têm acesso direto aos agricultores, cria-se um circuito de negociação transparente que valoriza práticas agroecológicas, fomenta a preservação de alimentos regionais e incentiva a diversificação dos sistemas de produção. Essa diversificação não só amplia a oferta de nutrientes essenciais e mais saudáveis, como também fortalece a resiliência do sistema alimentar a choques climáticos e econômicos, característica fundamental em contextos de variação sazonal como o da Amazônia.

Em Manaus-AM, onde a infraestrutura de distribuição convencional frequentemente privilegia grandes operadores e ignora as especificidades dos ciclos hidrológicos, as RCCs emergem como mecanismo de proteção contra rupturas de abastecimento. Ao estabelecer pontos de venda próximos às comunidades produtoras e ao flexibilizar calendários de entrega conforme o regime de cheias e secas, essas redes garantem que alimentos frescos cheguem à mesa mesmo em períodos críticos. Essa capacidade de adaptação reflete diretamente o enfoque da soberania alimentar, entendido como o direito das populações de definir suas próprias políticas alimentares e de controlar os meios de produção, distribuição e consumo de alimentos.

Lima (2010) menciona, porém, que políticas de desenvolvimento voltadas à reativação de grandes eixos de transporte, como a BR-319, tendem a tratar o território apenas como recurso estratégico para o escoamento em larga escala, subestimando as iniciativas locais de comercialização. Nessa perspectiva, a agricultura familiar é vista como secundária, compensada apenas com programas assistencialistas de curto prazo, em vez de integrada a planos estruturantes de sustentabilidade territorial. A negligência com as RCCs reflete um entendimento limitado de soberania alimentar, que não acolhe a dimensão política e cultural inerente às escolhas alimentares das comunidades.

Santos (2009) complementa essa crítica ao destacar que as análises tradicionais de urbanização no Brasil desconsideram a interdependência entre espaços rurais e urbanos, promovendo uma hierarquia que marginaliza os modos de vida camponeses. Em contrapartida, as RCCs reafirmam a importância dessas interconexões, pois revelam como circuitos curtos podem nutrir identidades locais e reforçar laços comunitários. Esse reconhecimento é essencial para formular políticas públicas que incorporem a agricultura familiar como vetor de desenvolvimento sustentável e de justiça social na metrópole.

ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1582121

Portanto, ampliar a soberania alimentar em Manaus requer não apenas o fortalecimento das RCCs, mas a reformulação de planos territoriais para que incluam explicitamente a agricultura familiar como ator estratégico. Isso implica repensar mecanismos de financiamento, regulamentar espaços públicos para feiras e pontos de distribuição, e articular programas estaduais e federais de compras públicas com a lógica dos circuitos curtos. Só assim será possível transformar a dinâmica de poder nas cadeias alimentares, assegurando que a soberania alimentar se solidifique como prática concreta e duradoura para as comunidades amazônicas.

Políticas públicas e instrumentos de apoio

Os Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são iniciativas essenciais criadas pelo Governo Federal para estabelecer canais institucionais de compra direta de produtos da agricultura familiar, oferecendo mercados garantidos e promovendo práticas agroecológicas. No entanto, na Região Metropolitana de Manaus, esses programas enfrentam barreiras estruturais que os impedem de impactar efetivamente as zonas periurbanas, onde se concentram muitos produtores familiares. A burocracia para habilitação de agricultores, exigências de regularização fundiária e sanitária, bem como as exigências logísticas de entrega em pontos fixos distantes, acabam excluindo aqueles que não dispõem de infraestrutura formal, prejudicando justamente os circuitos curtos que operam de maneira mais flexível e comunitária.

Davidovich (2004) destaca a fragmentação institucional da governança metropolitana, o que significa que cada município pode interpretar e implementar o PAA e o PNAE de forma distinta, sem critérios unificados para zonas rurais e periurbanas. Isso gera disparidades na distribuição de recursos: enquanto alguns municípios centrais conseguem operacionalizar compras regulares, outras prefeituras periféricas carecem de equipes técnicas e meios de transporte adequados, fazendo com que programas desejados no papel não cheguem àqueles que mais precisam. Contudo, o desenho atual do PAA e do PNAE pouco prevê instâncias de controle social locais capazes de ajustar os mecanismos de compra às realidades específicas de cada território.

Para tornar esses programas mais inclusivos, é necessário repensar seus processos de acesso e gestão. Em primeiro lugar, a descentralização das decisões, criando comitês municipais compostos por agricultores familiares, representantes de escolas, gestores públicos e membros de ONGs, permitiria adequar calendários, volumes e modalidades de entrega às condições de cheias e secas típicas da região. Em segundo lugar, a flexibilização dos requisitos de regularização poderia ser acompanhada de agendas de capacitação e apoio técnico móvel, por meio de unidades itinerantes que visitem as comunidades periurbanas, auxiliando na documentação necessária e no cumprimento de padrões de qualidade.

Ademais, a incorporação de plataformas digitais de coordenação (integradas às redes sociais comunitárias) poderia facilitar a comunicação entre agricultor e gestor público, registrando ofertas de produtos em tempo real e otimizando rotas de entrega. Por fim, a criação de fundos municipais específicos para infraestrutura de agroindústria

ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1582121

familiar, financiados com recursos federais ou parcerias com organizações internacionais, garantiria investimentos em armazéns adaptados às cheias, veículos apropriados para transporte de alimentos e espaços para feiras fixas. Essas ações, alinhadas às recomendações de governança participativa estruturadas em um arranjo metropolitano coerente, podem ampliar o alcance do PAA e do PNAE, consolidando-os como instrumentos fundamentais para a promoção da soberania alimentar e para o apoio à agricultura familiar em toda a metrópole.

Urbanização e Redes Curtas de Comercialização: lacunas e direcionamentos futuros

Não obstante a riqueza conceitual dos textos analisados, nota-se certa carência de discussões sobre o papel das tecnologias digitais na consolidação e expansão das RCCs. Em um mundo cada vez mais conectado em redes virtuais (LEVY, 1999; CASTELLS, 2002), a relevância de plataformas *online* e das redes sociais para manter circuitos ativos – sobretudo em anos recentes, quando das longas restrições sanitárias ocasionadas pela pandemia de COVID-19 – fica evidente ao permitirem otimizar fluxos, monitorar estoques em tempo real ou facilitar a governança colaborativa. Essa lacuna em parte da literatura consultada sugere a necessidade de estudos que mapeiem as funcionalidades de sistemas digitais (aplicativos de geolocalização, *marketplaces* locais, sistemas de rastreabilidade) e avaliem seus impactos na eficiência logística e no engajamento dos atores, combinando análise técnica de *software* com entrevistas semiestruturadas a produtores e consumidores.

Ainda que Ferreira (2014) chame atenção para tensões entre dominação e resistência no uso do espaço urbano, a dimensão cultural continua a ser pouco explorada, uma vez que raramente se aprofunda nos significados simbólicos dos alimentos e nas práticas festivas que acompanham as RCCs. Os laços comunitários reforçados em torno das feiras e das cestas não se limitam às transações econômicas, mas também constituem roteiros identitários nos quais saberes tradicionais, rituais sazonais e memórias coletivas ganham expressão. Futuras pesquisas poderiam recorrer a métodos etnográficos, observação participante e análise de discursos para compreender como valores culturais moldam a adesão às redes e influenciam percepções de qualidade e legitimidade dos alimentos.

Adicionalmente, embora Lima (2021, 2024) discuta as dificuldades estruturais nas cidades amazônicas, pouco se problematiza sobre as estratégias inovadoras de engenharia social e infraestrutural adaptativa, como hortas flutuantes, armazéns móveis ou mercados *pop-up* (lojas temporárias) em períodos de cheia. Estudos de caso que documentem experiências locais bem sucedidas, avaliando custo-benefício e viabilidade de escalonamento, seriam valiosos para orientar políticas públicas e orientar investimentos em micro-infraestrutura.

Destaca-se a ausência de análises focadas em estudo de gênero e de juventude nas RCCs. Sabemos que mulheres e jovens têm protagonizado iniciativas de comercialização direta em muitas partes do país, mas esse recorte não aparece nos textos fornecidos. Pesquisas futuras poderiam utilizar abordagens interseccionais para investigar

ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1582121

o papel desses grupos na governança das redes, seus desafios específicos de acesso a recursos e como sua participação pode transformar as dinâmicas de poder no território.

Em suma, preencher essas lacunas exigirá metodologias inovadoras, combinando SIG participativo, etnografia urbana, análise de redes digitais e avaliações de políticas públicas, e deverá priorizar a integração entre conhecimento acadêmico e saberes locais. Essa agenda de pesquisa contribuirá para consolidar um corpo teórico-prático necessário e urgente, capaz de orientar ações efetivas de fortalecimento das RCCs e da soberania alimentar em contextos metropolitanos na Amazônia.

A seguir, apresentamos um quadro comparativo (Quadro 1) das RCCs com os mercados convencionais (redes longas):

Quadro 1: Comparativo entre as cadeias de abastecimento em redes longas e curtas

Aspecto	Canais convencionais	Redes Curtas de Comercialização
Distância entre produtor e consumidor	Alta	Baixa
Preço pago ao produtor	Baixo	Mais justo
Sustentabilidade	Questionável	Alta
Apoio institucional	Maior	Precário
Resistência à sazonalidade	Média	Alta (quando bem articulada)

Fonte: MATOS, W. E. A., 2026.

Considerações Finais

A partir de análise crítica dos processos de metropolização, fragmentação institucional e das dinâmicas rurais-urbanas na Amazônia, ficou claro que a configuração espacial vigente perpetua desigualdades que penalizam especialmente as populações mais vulneráveis. As prioridades de investimento e de planejamento urbano concentram-se nos eixos de grande circulação e nas áreas valorizadas pelo mercado imobiliário, enquanto vastos territórios periféricos e periurbanos permanecem abandonados à insuficiência de infraestrutura e à precariedade de políticas públicas. Essa lógica excludente reforça a segregação socioespacial e amplia a distância física, econômica e simbólica entre quem produz e quem consome, gerando um ciclo de vulnerabilidade alimentar que agrava o quadro de insegurança em eventos extremos de cheias e secas em um contexto de mudanças climáticas globais.

Em contraponto a esse cenário, as Redes Curtas de Comercialização se destacam como espaços de transformação e resistência socioterritorial. Ao resgatar a centralidade da agricultura familiar e aproximar produtores e consumidores, as RCCs não apenas reduzem a dependência de intermediários, mas também fortalecem laços de solidariedade, confiança e pertencimento comunitário. Essas redes mostram que é possível conceber circuitos alimentares que atendam às necessidades urbanas sem renunciar à justiça territorial e da sustentabilidade socioambiental. Ao operar conforme os ciclos naturais do rio e as dinâmicas sociais do território, as RCCs demonstram um grau de flexibilidade e

ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1582121

adaptabilidade que as cadeias longas dificilmente alcançam, garantindo o abastecimento mesmo em contextos de alto risco.

Contudo, para que esse potencial se converta em mudanças duradouras, é imprescindível o redesenho de ferramentas de apoio e de governança. A flexibilização de normas de programas como PAA e PNAE, aliada à descentralização das decisões e à criação de instâncias participativas em nível metropolitano, permitirá uma articulação mais efetiva entre diferentes esferas governamentais e a sociedade civil organizada. Paralelamente, o investimento em micro-infraestruturas adaptativas, depósitos elevados, terminais fluviais comunitários, sistemas de alerta precoce, e o estímulo a tecnologias digitais de coordenação podem fortalecer o poder das redes, reduzindo custos logísticos e aumentando a confiança dos atores locais.

Last but not least, é fundamental reconhecer que a construção de uma metrópole inclusiva e soberana passa também pela valorização dos saberes ambientais e das tradições culturais que se entrelaçam às práticas alimentares. As experiências comunitárias, as festas e rituais vinculados à colheita e ao consumo compõem um patrimônio imaterial que legitima as RCCs como agentes de resistência e de afirmação de identidades regionais. Ao integrar essas dimensões simbólicas aos processos de planejamento e às políticas públicas, abre-se espaço para uma governança metropolitana que promova a equidade, a participação e o direito à alimentação como pilares de um projeto urbano verdadeiramente democrático e sustentável, contribuindo, com efeito, para a promoção do bem viver na Amazônia.

Referências

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 19, n. 53, p. 71–86, 2005.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Tradução: Roneide Venancio Majer. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, p. 700, 2002.

CORRÊA, S. A. L. Manaus, a metrópole da "Amazônia": uma versão pouco conhecida sobre a urbanização do norte brasileiro. **Revista Novos Rumos Sociológicos**, vol. 10, nº 17, p. 07-27, 2022.

DAVIDOVICH, F. "A volta da metrópole" no Brasil: referências para a gestão territorial. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). **Metrópoles**: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2004. p. 197-230.

FERREIRA, A. Metropolização do espaço, tensões e resistências: entre espaços de controle e controle do espaço. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales**, nº 493(55), p. 1-17, 2014.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (ORG). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 520, 2017.

ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1582121

JÚNIOR, S. C. T. Cidades na floresta: os "grandes objetos" como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **Revista IEB**, n. 50, p. 113-138, 2010.

LENCIONI, S. Metropolização. **GEOgraphia**. Niterói, Universidade Federal Fluminense, vol. 22, n. 48, p. 173-178, 2020.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, p. 257, 1999.

LIMA, M. C. Amazônia Ocidental e Geografia: Região Metropolitana de Manaus e BR 319 – território e meio ambiente. **Revista Geonorte**, vol. 01, n. 01, ano 01, p. 47-70, 2010.

LIMA, M. C. A geografia como produção das dimensões política, jurídica e ideológica: imbricação triádica estrutural da Região Metropolitana de Manaus. **Confins** [online], 43, 2019.

LIMA, M. C. A urbanização anfíbia na amazônia: da natureza das cidades à natureza e as cidades. In: MARINHO, R. R.; SOUZA, G. A.; NETO, J. C. A. S. A **Geografia amazônica em múltiplas escalas**. Embu das Artes, SP: Alexa Cultural; Manaus, AM: Edua, v. 2, p. 300, 2021.

LIMA, M. C. As cidades anfíbias da amazônia brasileira: entre os extremos das cheias e secas. In: LIMA, M. C.; NOGUEIRA, R.; ARAÚJO, N. J. S. **A Geografia amazônica em múltiplas escalas**. Embu das Artes, SP: Alexa Cultural; Manaus, AM: Edua, v. 5, p. 306, 2024.

MARENGO, J. A.; NOBRE, C. A.; TOMASELLA, J.; OYAMA, M. D.; OLIVEIRA, G. S.; OLIVEIRA, R.; CAMARGO, H.; ALVES, L. M.; BROWN, F. *The Drought of Amazonia in 2005.* ***Journal of Climate***. v. 21, p. 495-516, 2008.

MARSDEN, P.; BANKS, J.; BRISTOW, G. *Food supply chain approaches: exploring their role in rural development.* ***Sociologia Ruralis***, v. 40, n. 4, p. 424–438, 2000.

PLOEG, J. D. ***The new peasantries****: struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization. London: Earthscan*, 2008.

SANTOS, M. **Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 260, 2006.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: EDUSP, 5° ed., p. 157, 2009.

SEABRA, O. C. L. De cidade à Metrópole. **Revista Geografares**, n°9, p. 49-79, 2011.

TORRE, A.; RALLET, A. *Proximity and Localization.* ***Regional Studies***, 39 (1), p. 47–59, 2005.

ISBN: 978-65-272-2671-0 **DOI: 10.29327/9786527226710.1582121**

Agradecimentos

Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pela Bolsa de Estudo que financia a pesquisa de mestrado que deu origem a este trabalho e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFAM (PPGEOG-UFAM).